

STJ00101980

Marcio Luiz Coelho de Freitas

**PROPORCIONALIDADE,
BEM JURÍDICO E TUTELA PENAL DO
MEIO AMBIENTE**



livraria//
DO ADVOGADO
//*editora*

Porto Alegre, 2015

Conselho Editorial

André Luís Callegari

Carlos Alberto Molinaro

Daniel Francisco Mitidiero

Darci Guimarães Ribeiro

Draiton Gonzaga de Souza

Elaine Harzheim Macedo

Eugênio Facchini Neto

Giovani Agostini Saavedra

Ingo Wolfgang Sarlet

Jose Luis Bolzan de Moraes

José Maria Rosa Tesheiner

Leandro Paulsen

Lenio Luiz Streck

Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F866p Freitas, Marcio Luiz Coelho de.

Proporcionalidade, bem jurídico e tutela penal do meio ambiente / Marcio Luiz Coelho de Freitas. – Porto Alegre : Livraria do Advogado Editora, 2015.

184 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7348-976-7

1. Direito penal - Meio ambiente. 2. Proporcionalidade (Direito). 3. Tutela. 4. Crime contra o meio ambiente. 5. Direitos fundamentais - Legitimidade (Direito). I. Título.

CDU 349.6:343.2

CDD 345.0242

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito penal ambiental 349.6:343.2

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Sumário

Listas de siglas.....	17
Apresentação – Humberto Martins.....	19
1. Introdução.....	21
1.1. Sobre o método.....	29
2. Ponto de partida: racionalidade, argumentação e dogmática penal.....	33
2.1. Teoria do direito, argumentação e racionalidade.....	34
2.2. Dogmática jurídico-penal e política criminal.....	40
3. Princípios, regras e proporcionalidade.....	43
3.1. De princípios e regras.....	43
3.2. Conflitos normativos.....	49
3.2.1. Conflitos entre regras.....	52
3.2.2. Colisão entre princípios.....	53
3.3. A proporcionalidade.....	61
3.3.1. Proporcionalidade: máxima, princípio ou regra. razoabilidade.....	64
3.4. A estrutura da proporcionalidade.....	67
3.5. Adequação.....	69
3.6. Necessidade.....	71
3.7. Proporcionalidade em sentido estrito.....	77
4. Limites ao direito penal.....	83
4.1. Características do direito penal clássico.....	85
4.2. A legalidade estrita e a formalização do direito penal – taxatividade, irretroatividade e anterioridade.....	91
4.3. A intervenção mínima (direito penal mínimo).....	96
4.4. Conteúdo jurídico da intervenção mínima: subsidiariedade, fragmentariedade e lesividade.....	102
4.4.1. Subsidiariedade.....	102
4.4.2. Fragmentariedade.....	104
4.4.3. Lesividade.....	105
5. O bem jurídico-penal.....	109
5.1. Intervenção mínima e exclusiva proteção aos bens jurídicos.....	109
5.2. Conceito de bem jurídico-penal.....	111

5.3. Fundamentação constitucional do bem jurídico-penal.....	116
5.4. Alcance da teoria do bem jurídico-penal.....	119
6. Sociedade do risco e a expansão do direito penal.....	127
6.1. Realidades sociais motivadoras da expansão penal.....	128
6.2. A sociedade do risco.....	131
6.3. Política criminal e direito penal na sociedade do risco.....	132
6.4. Direito penal e precaução.....	137
6.5. A precaução no direito ambiental.....	139
7. O bem jurídico tutelado no direito penal ambiental.....	145
7.1. Conceito jurídico-penal de meio ambiente.....	146
7.2. A biodiversidade.....	151
7.2.1. Diversidade de genética.....	152
7.2.2. Diversidade de espécies.....	154
7.2.3. Diversidade de ecossistemas.....	156
7.3. Os riscos à biodiversidade.....	158
7.4. Fundamentos da proteção à biodiversidade.....	162
7.5. Consequências dogmáticas.....	170
8. Conclusão.....	175
Referências.....	179